

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 9, n. 1

jan./jun. 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Uma Trajetória na Arquivologia Brasileira: memórias de uma administradora de arquivos <i>Paulo Roberto Elian dos Santos</i>
	25	Arquivos de Instituições de Saúde: história e políticas públicas <i>Paulo Roberto Elian dos Santos e José Mauro da Conceição Pinto</i>
	37	Construção de Vocabulário Controlado para identificação do conteúdo informacional dos documentos acumulados pela atividade-meio da Administração Pública Federal <i>Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Heloisa Carvalho Mesquita e Larissa Marques Martins</i>
	59	Indexação em coleções familiares: quais aspectos considerar? <i>Isabel Cristina Borges de Oliveira</i>

PER

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 9

n. 1

p. 1-68

jan./jun. 2010

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.
Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)-

Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 66517

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Tesoureiro: Maria Celina Soares de Mello e Silva
Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Conselho Editorial

Lucia Maria Velloso de Oliveira
José Maria Jardim
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulo Elian
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A Revista Arquivo & Administração é a publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Desde seu primeiro número em 1972 vêm divulgando a produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil e no mundo. A revista dirigida aos arquivistas e demais profissionais que atuam nos arquivos constitui-se como espaço editorial de todos aqueles que buscam contribuir para o fortalecimento da Arquivologia como campo científico.

Esse número se inicia com o resultado de entrevista realizada em 2007 para a tese de doutorado de Paulo Elian, intitulada **A arquivística no Laboratório: História, Teoria e Métodos de uma Disciplina**, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). O autor entrevista Helena Corrêa Machado, ex-presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros e ex-diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e uma das principais arquivistas do movimento que consolidou a Arquivologia e fortaleceu o arquivista no país. A leitura da entrevista é de grande importância para aqueles que desejam conhecer a história de nossa área e do associativismo no Brasil.

Em seguida, o artigo **Arquivos de Instituições de Saúde: história e políticas públicas**, de autoria de Paulo Roberto Elian e José Mauro da Conceição Pinto pretende apresentar o quadro geral das discussões em torno dos arquivos médicos no Brasil, bem como contribuir para o desenho de diretrizes para o gerenciamento desses acervos.

Os dois últimos artigos discutem uma questão que ainda ocupa um espaço tímido na agenda da nossa área, mas que com a crescente divulgação dos conteúdos sobre os acervos arquivísticos na Internet vêm sendo objeto de pesquisas: a indexação e elaboração de vocabulário controlado para uso nos arquivos. O artigo do professor doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, em conjunto com Heloisa Carvalho Mesquita e Larissa Marques Martins, com o título **Construção de Vocabulário Controlado para identificação do conteúdo informacional dos documentos acumulados pela atividade-meio da Administração Pública Federal** aborda a discussão no contexto organizacional público, enquanto o artigo **Indexação em coleções familiares: quais aspectos considerar?**, de autoria de Isabel Cristina Borges de Oliveira, contextualiza a problemática no âmbito de uma coleção familiar.

Esperamos que o leitor da revista Arquivo & Administração aprecie o número.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

UMA TRAJETÓRIA NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA Memórias de uma Administradora de Arquivos*

Paulo Roberto Elian dos Santos
Doutor em História Social (USP)
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz
eliane@coc.fiocruz.br

Os estudos sobre a institucionalização da arquivologia no Brasil são uma contribuição recente e original no campo da pesquisa em história da disciplina. Contudo, tem crescido de forma considerável desde a década de 1990, sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação.

A entrevista que aqui apresentamos foi realizada em 2007 para a tese de doutorado intitulada A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina, defendida no ano seguinte no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

Naquele ano completavam-se três décadas do final do mandato de Helena Corrêa Machado na presidência da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criada em 1971 por um grupo de profissionais de diferentes formações e um projeto comum: valorizar a função social dos arquivos e dos arquivistas.

Nascida no Rio de Janeiro em 1922, Helena Machado reporta-se na entrevista a sua origem social, formação escolar e trajetória profissional na administração pública, esta última iniciada na década de 1940, por meio de concursos promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) para cargos administrativos.

Arquivista, administradora e bibliotecária, Helena Machado desempenhou, entre as décadas de 1960 e 1990, funções de direção em importantes estruturas organizacionais nas áreas de arquivo, documentação e informação, nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e no município do Rio de Janeiro. Ao assumir em 1963 a diretoria da Divisão de Documentação no governo da Guanabara, percorreu um caminho semelhante ao de outros profissionais de sua geração, em grande parte bibliotecárias que se aproximaram dos arquivos e forjaram as bases para a constituição de uma comunidade profissional de arquivistas.

* Agradeço a Maria Isabel Falcão as informações e notas incorporadas ao texto, e a Regina Celie Simões Marques a edição cuidadosa da entrevista.

Na década de 1970, Helena Machado participou ativamente da criação e consolidação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), entidade que desempenhou papel central no processo de institucionalização da arquivologia como disciplina no país. O grupo que se organizou em torno da AAB concebeu e realizou os congressos, publicou um periódico especializado e viabilizou a regulamentação da profissão.

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro entre 1984 e 1990, Helena Machado acumulou larga experiência na gestão de serviços e instituições arquivísticas, traduzida sobretudo na elaboração de trabalhos de referência sobre a implantação de arquivos municipais. Nesse contexto da década de 1980, vivenciou a efervescência experimentada pela área dos arquivos e colocou seu conhecimento a serviço de algumas instituições. Como consultora, contribuiu para os projetos de modernização do Arquivo Nacional e concepção do Sistema de Arquivos do estado de São Paulo.

A entrevista de Helena Machado, além de nos apresentar uma trajetória profissional que se confunde com vários aspectos e dimensões do nosso processo político e social ao longo de cinco décadas, é uma contribuição para os desafios da compreensão histórica da arquivologia brasileira.

Paulo Elian (PE) – Para iniciar a entrevista, eu gostaria de saber sobre a sua origem familiar e a sua formação inicial.

Helena Corrêa Machado (HM) – Nasci no Rio de Janeiro, em 1922, filha de uma brasileira e um imigrante dos Açores. Meu pai era guarda-livros profissional e leitor de clássicos lusitanos, especialmente Camões. Era também apreciador de música, não só a de sua terra natal, como a popular brasileira. Nas horas de lazer, costumava tocar nostalgicamente, em seu bandolim de estimação, viras alegres e fados dolentes, mas também sambas e marchinhas cariocas. Minha mãe era uma dona-de-casa e gostava muito de ler romances. Além dos clássicos brasileiros, lia com imenso prazer os inúmeros fascículos das “Memórias de um médico”¹, de Alexandre Dumas, que meu pai trazia para ela uma vez por semana. Depois do jantar, ela mergulhava na leitura e só parava na última página.

A nossa casa era no Morro do Pinto², onde nasci e morei até os 11 anos de idade. Era considerado um bairro de classe média modesta. Os pais de família, na

1 “Mémoires d'un Médecin” é uma série de quatro romances históricos escritos por Alexandre Dumas entre 1846 e 1853. A coleção aborda a sequência de acontecimentos que dão origem, deflagram e agitam a Revolução Francesa, desde a chegada de Maria Antonieta à França para seu casamento com o delfim Luís, mais tarde rei Luís XVI até a morte deste, em 1793, na guilhotina. Foi escrita em colaboração com Auguste Maquet e apareceu sob forma de folhetim no jornal La Presse.

2 Elevação situada no bairro Santo Cristo, nas proximidades do bairro da Gamboa e do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro.

maioria portugueses, viviam do pequeno comércio (açougues, armazéns, padarias, farmácias, oficinas de sapateiros e outros serviços do gênero). As mães eram pacatas e diligentes donas-de-casa; a maior parte delas não trabalhava fora. A convivência era amistosa e pacífica, e até as diferenças religiosas não perturbavam o convívio. Nas noites de verão, as crianças e os jovens se encontravam na calçada larga, para as brincadeiras da época. Às vezes vinham também os adultos, para conversas e cantorias acompanhadas por violão, cavaquinho ou bandolim.

Sobre meus estudos iniciais, cito a Escola Municipal Epiácio Pessoa, na avenida Paulo de Frontin, próximo à Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, hoje desativada. Era uma escola em que os professores, além de dedicados, desenvolviam ensino de qualidade e tinham bom relacionamento com os familiares dos alunos. Havia o Círculo de Pais e Mestres, com encontros mensais que proporcionavam às famílias dos participantes uma certa elevação social. Infelizmente, esse período se interrompeu em 1933, quando meu pai faleceu e a família teve de mudar-se do Morro do Pinto, onde minha vida foi realmente prazerosa.

Depois de concluir o curso primário, já morando em Vila Isabel, fui para um internato municipal, na rua São Francisco Xavier, a então Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca, onde tive mestres muito bons. Quando sai, em 1939, aos 17 anos, comecei a enfrentar a angústia de arranjar um emprego para sobreviver dignamente. Era difícil, porque se exigia experiência ou, no caso do serviço público, um bom pistolão. Faltava-me descobrir o prodigioso Dasp, Departamento Administrativo do Serviço Público³, que tinha sido criado em 1938. Esse órgão realizava concursos para admissão de servidores públicos, o que garantia o ingresso de qualquer pessoa devidamente preparada, sem necessidade de influências políticas, econômicas e familiares.

Depois de tomar conhecimento do Dasp, comecei a fazer concursos. O primeiro foi para tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, depois para auxiliar de escritório do Ministério da Justiça e para escriturário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o Ipase, mas permaneci pouco tempo em cada um desses cargos.

PE – Em que período você fez esses concursos?

HM – Entre 1940 e 1945, mais ou menos.

PE – E até então, não havia regras claras para o ingresso no serviço público. O Dasp foi criado para mudar essa situação.

3 O Dasp, órgão previsto na Constituição de 1937, foi criado no ano seguinte e era subordinado diretamente à Presidência da República. Até 1945 foi dirigido pelo gaúcho Luiz Simões Lopes (1903-1994), também responsável pela criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944, entidade que presidiu até a década de 1980.

HM – Sim, democratizar o acesso aos cargos públicos. O Dasp foi uma instituição que me abriu a mente, chamou a minha atenção para questões como democracia, direitos humanos etc. Para mim foi importante descobrir que, mesmo num governo ditatorial como o de Getúlio Vargas⁴, abria-se uma esplêndida clareira para as pessoas economicamente menos favorecidas, como era o meu caso. Quando meu pai morreu, ainda não havia legislação trabalhista, e minha mãe não teve sequer pensão. Então, embora não tenha me tornado getulista, passei a compreender que, mesmo que um governo seja imperfeito, é possível que ele não o seja totalmente.

PE – E você se sentia bem preparada para fazer os concursos?

HM – Sim, estava realmente preparada. Como estudei em escolas muito boas, não tive receio de me submeter às provas. Assim, em 1945, fiz concurso para oficial administrativo da Prefeitura e passei. Entrei na área administrativa do serviço público, na qual, cerca de vinte anos mais tarde, fui designada para atuar no âmbito da documentação e comecei a me aproximar dos arquivos. Curiosamente, o fio condutor disso foi um curso de graduação em Biblioteconomia, que fiz na década de 1960.

PE – Você, então, iniciou sua trajetória profissional na Prefeitura do Distrito Federal.

HM – Sim, na antiga Prefeitura do Distrito Federal, onde iniciei como oficial administrativo e me aposentei, em 1973, como técnica de administração do Estado do Rio de Janeiro.⁵

Só para concluir esse tema dos concursos. Em 1967 fiz ainda o de professor de ensino médio do antigo estado da Guanabara e lecionei a disciplina Administração Documental, na antiga Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, a Espég.⁶ Depois, nesse cargo, tive a oportunidade de me transferir para o quadro permanente do município do Rio de Janeiro, onde passei a ocupar o cargo de professor I, do qual me aposentei em 1992.

Na Prefeitura do Distrito Federal trabalhei muito tempo na área administrativa, mas não me sentia bem. Naquela época todo mundo mandava nessa área, porque a profissão de administrador ainda não era regulamentada – o que só ocorreu em 1965 – e

4 Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), chefe do governo provisório após a vitória da Revolução de 1930, presidente da República eleito indiretamente em 1934 e que em 1937, por meio de um golpe de estado, outorgou uma nova Constituição e instaurou o Estado Novo, regime autoritário que vigorou até 1945.

5 Com a transferência da capital da República para Brasília, em 1960, os servidores da antiga Prefeitura do Distrito Federal passaram a integrar o quadro de pessoal do estado da Guanabara, criado no mesmo ano. Em 1975, com a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, os funcionários públicos da Guanabara foram lotados em órgãos dos novos estado e município do Rio de Janeiro.

6 Posteriormente Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (Fesp/RJ).

qualquer um podia administrar, ou se considerava capaz disso. Resolvi, então, estudar algo que me permitisse atuar em um campo profissional mais definido, e em 1960 decidi fazer Biblioteconomia.

PE – Por que você escolheu Biblioteconomia?

HM – Além da minha insatisfação, naquela época eu começava a me interessar por arquivos, pois sempre havia algum nos meus locais de trabalho. Entretanto, os arquivistas ainda não tinham regulamentação profissional, nem havia curso de nível universitário. Por isso escolhi a área dos livros, que sempre me fascinaram e podia me propiciar uma carreira. Também era prático para mim: eu saía da Prefeitura, que ficava na Esplanada do Castelo, e ia para a Biblioteca Nacional, onde o curso era ministrado em horários compatíveis – era muito cômodo.

Quando terminei o curso ainda trabalhava na Secretaria de Administração, e Carlos Lacerda estava iniciando seu governo no estado da Guanabara. Houve, então, uma reestruturação na Secretaria. Havia lá uma área chamada Documentação, com um grande arquivo, que estava recolhendo documentos da Secretaria de Educação, a parte de pessoal referente aos professores que ficava na antiga Casa da Marquesa de Santos. O secretário de Estado, Professor Eurico Siqueira, me chamou e disse: “A senhora está nomeada para esse cargo, porque vai ter um arquivo muito importante, e a senhora está preparada”. Eu respondi: “Secretário, eu não entendo nada de arquivo, sou bibliotecária”. Mas os governantes, até hoje e naquele tempo muito mais, nem sempre sabem a diferença entre arquivo e biblioteca, e às vezes nem mesmo sabem para que servem os arquivos.

PE – Nessa época você desempenhava funções de bibliotecária?

HM – Não; ou melhor, de alguma sorte sim, porque era responsável pela atividade de referência legislativa, que, aliás, passou a fazer parte das competências da Divisão de Documentação, que acabava de ser criada.

PE – Você estava, então, em trabalho administrativo?

HM – Continuava na Secretaria de Estado de Administração como oficial administrativo, que era meu cargo efetivo, e chefiava o Serviço de Intercâmbio e Convênios da Espég. Houve até um momento em que pensei em ir para uma biblioteca, mas afinal fiquei lá mesmo. Então, eu disse ao secretário: “Eu não entendo nada de arquivo”. Ele retrucou: “Além do mais, a senhora está obtendo uma promoção”. Era verdade: eu seria diretora de divisão, ia passar para um posto muito mais bem remunerado; era difícil resistir à tentação. E também me pareceu imprudência dar lição a um secretário de Estado sobre o que é arquivo e o que é biblioteca, para mostrar o

equivoco que eu julgava haver naquela nomeação. Fiz bem em me calar porque ele tinha noção da diferença; posteriormente, soube do seu esforço para investir no cargo alguém com experiência em arquivos. Assim, deixei aquele gabinete praticamente como diretora de Documentação. Sai dali tonta, sem saber o que fazer. Comecei a levantar a literatura da área, a pesquisar, até que, em razão desse cargo, o professor José Pedro Pinto Esposel⁷ me convidou para ingressar num grupo que, sob sua liderança, aqui no Rio de Janeiro, se dedicava à busca de medidas que elevassem o nível de qualificação tanto dos arquivistas como, conseqüentemente, dos arquivos.

PE – Qual foi o papel do José Pedro Esposel nesse grupo?

HM – Ele era o líder; era um bom articulador.

PE – Quem fazia parte do grupo?

HM – Dos que me lembro, Maria de Lourdes Costa e Souza, Marilena Leite Paes, Regina Alves Vieira, Maria Amélia Porto Miguéis, Maria Amélia Gomes Leite, Eloísa Riani, Eliana Flora, Maria Luiza Dannemann, José Lázaro de Souza Rosa, Wilma Schaefer Corrêa, Maria Hilda de Araújo, Marly Gonçalves e, também, a Astréa [de Moraes e Castro], que era diretora do Arquivo da Câmara dos Deputados. Ela estava em Brasília, mas tinha relações profissionais e afetivas com esse grupo do Rio de Janeiro. Como disse, trabalhava-se por ideal. Procurávamos juntar o sonho de Dom Quixote e a realidade de Sancho Pança. De vez em quando, pensávamos: “Isso é quixotismo”. E, graças a Deus, havia mesmo um certo idealismo. O grupo contribuiu para capacitar, dentro do possível, alguns agentes que, sem qualificação profissional, lotavam muitos arquivos brasileiros.

PE – O que esse grupo lia? Que livros serviram de base para vocês?

HM – O Schellenberg era muito lido.⁸ Também liamos os bons textos de colegas – muitos deles posteriormente publicados na própria revista da Associação dos

7 Arquivista, historiador, então chefe do Arquivo do Banco Central e docente da Universidade Federal Fluminense, onde implantou e dirigiu o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e, posteriormente, foi livre-docente em arquivologia, professor titular e diretor do Departamento de Documentação e recebeu o título de Professor Emérito.

8 Theodore R. Schellenberg (1903-1970), autor de vários trabalhos traduzidos e editados pelo Arquivo Nacional, entre os quais: *A avaliação dos documentos públicos modernos* (1959); *Manual de arquivos* (1959); *Problemas arquivísticos do governo brasileiro* (relatório elaborado por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1960, traduzido por Leda Boechat Rodrigues); *O preparo de listas de documentos* (1960); *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição* (1963). O conhecido *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, cuja edição original é de 1956, só foi publicado no Brasil, pela Fundação Getúlio Vargas, em 1973, traduzido por Nilza Teixeira Soares, arquivista e bibliotecária da Câmara dos Deputados.

Arquivistas Brasileiros, *Arquivo & Administração* –, além de textos avulsos do professor José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional de 1958 a 1964, e de arquivistas franceses como Michel Duchein⁹, que visitou o Brasil, tal como Schellenberg. Nessa época, também já estava traduzido o chamado “Manual dos arquivistas holandeses”, de 1898.¹⁰

Aliás, para conhecer o que pensavam e liam os nossos contemporâneos, recomendo os anais dos congressos realizados pela AAB, a Associação dos Arquivistas Brasileiros. E devo destacar também a transmissão ordenada de conhecimentos, realizada no dia-a-dia do trabalho, como a que realizaram Maria de Lourdes Costa e Souza e Marilena Leite Paes, do Arquivo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Juntas, elas modernizaram e racionalizaram o arquivamento naquela Fundação.

PE – Elas implantaram o Sistema de Arquivos na Fundação Getúlio Vargas?

HM – Sim. A Marilena deixou, então, seu notável registro de eficiência arquivística, e se preocupou em nos transmitir isso. Assim, o grupo teve oportunidade de melhorar seus conhecimentos, principalmente aqueles que estavam dispostos a aprender. Eu, particularmente, aprendi bastante. E aí, mesmo tendo que matar um leão a cada dia no meu trabalho, não desanimei. Acho que por isso, já naquela época, conquistei algum respeito, evidenciado quando fui escolhida para suceder, na presidência da AAB, o José Pedro Pinto Esposel.

PE – Você fez parte do grupo fundador da Associação, em 1971? Estava presente na reunião em que se formulou a idéia de criação dela?

HM – Seguramente eu estive presente na assembléia de fundação da AAB, em 20 de outubro de 1971. Quanto à reunião em que se formulou a idéia, tenho quase certeza que sim, porque raramente faltava às reuniões. Aliás, julgo ter sido escolhida para suceder o professor Esposel em virtude de meu interesse e minha assiduidade.

Fui a segunda presidente da AAB, no biênio 1975-1977. Nessa ocasião, principalmente na realização do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em outubro de 1976; o êxito que a Associação teve, e que os respectivos anais comprovam, deveu-se ao constante e eficiente apoio de Marilena Leite Paes. Também na minha gestão intensificaram-se as negociações junto ao Ministério do Trabalho para regulamentar as profissões de arquivista e técnico de arquivo, esforços que foram finalmente bem-

9 Historiador e arquivista, Michel Duchein foi inspetor geral dos Arquivos Nacionais da França e presidente do Conselho Internacional de Arquivos. É autor de diversos trabalhos sobre arquivologia, muitos dos quais traduzidos no Brasil onde esteve em missões técnicas, ministrou cursos e proferiu palestras.

10 Associação dos Arquivistas Holandeses, *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, prefácio de José Honório Rodrigues, tradução de Manoel Adolpho Wanderley, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.

sucedidos em 1978, com a publicação da lei 6.546, já na vigência do mandato de Marilena como presidente da AAB.

PE – Você mencionou que esse grupo era formado por pessoas do Arquivo Nacional e de vários lugares.

HM – Sim; do Arquivo Nacional tinha a Regina Alves Vieira, Deusdedit Leandro de Oliveira, Wilma Schaefer Corrêa, Milton Machado, Martha Gonçalves, Myrtes da Silva Ferreira¹¹, Maria de la Encarnación de España Iglesias¹².

PE - Maria Luíza Dannemann também era do Arquivo Nacional.

HM – Sim. Maria Luíza já estava aposentada, mas colaborava com o grupo ministrando aulas em que transmitia sua longa experiência no Arquivo Nacional.

Além de promover cursos, o grupo desenvolvia outras atividades com o objetivo de valorizar os profissionais de arquivo. Nas nossas reuniões, que eram frequentes, tomávamos conhecimento de notícias, textos sobre arquivística etc., todos de interesse para o cumprimento de nosso objetivo. Seminários, congressos, intercâmbios e outras questões também eram discutidas.

O mais curioso, para mim, era constatar a união que havia entre os membros, o que nem sempre se verifica em grupos desse tipo. Realmente, não me lembro de competição entre aquelas pessoas. Havia respeito entre nós, solidariedade, principalmente com os que trabalhavam, ou melhor, penavam nos arquivos brasileiros de então, inclusive os usuários. Assim, mesmo sem preocupações conceituais, havia no comportamento dessa equipe uma prática da ética, bem de acordo com o que diz o filósofo australiano Peter Singer¹³: a ética nunca é uma prática singular; é sempre uma idéia coletiva, sempre plural. Era assim que agíamos. Não pensávamos só em nos aprimorar pessoalmente; queríamos contribuir para a elevação dos agentes dos arquivos de modo geral. Por isso a lembrança desse grupo é tão cultuada por mim. O entrosamento e a colaboração entre nós eram muito grandes.

Para aproveitar melhor a ajuda generosa que cada um podia dar, eu costumava classificar os companheiros por faixa etária. Os mais jovens, pela rebeldia natural da idade, colaboravam muito nas ocasiões em que havia resistência a mudanças. O grupo da maturidade era inestimável, tanto para pensar junto como pelo vigor e disposição de ajudar. Os da pós-maturidade eram para as decisões mais graves, pelo extenso cabedal de experiências que transmitiam.

11 Chefe da Seção de Cursos do Arquivo Nacional.

12 Chefe da Biblioteca do Arquivo Nacional. Em 1974, passou a dirigir a revista *Arquivo & Administração*.

13 Singer, Peter, *Ética prática*, tradução de Jefferson Luiz Camargo, 3.ed., São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Não posso deixar de citar Maria de Lourdes Costa e Souza, que, com paciência inesgotável, trazia exemplos de sua longa carreira no serviço público, sempre elucidativos para as questões em foco. Nessas ocasiões ela me trazia sorte e prazer. Primeiro, porque geralmente resolvia a questão; e segundo, pelo senso de humor com que costumava relatar os 'casos'. Também é importante esclarecer que a atuação dessa equipe se dava no Rio de Janeiro e que, nessa época, Astréa de Moraes e Castro já estava em Brasília dirigindo o Arquivo da Câmara dos Deputados.

PE – Na sua opinião, esse grupo construiu um novo projeto, um novo sentido para os arquivos?

HM – Sim, e não apenas para cada um individualmente. Queríamos criar bases para, ao menos, diminuir as sombras que envolviam a atuação dos arquivistas. Um dos nossos feitos foi criar a Associação dos Arquivistas Brasileiros, de âmbito nacional, e a revista *Arquivo & Administração*, que circulou de 1972 a 1981¹⁴. Foi uma revista criada não só como instrumento de ligação, mas também para divulgar textos destinados a aprimorar os conhecimentos dos profissionais de arquivos. Cuidamos igualmente da regulamentação da profissão, que saiu tempos depois.

PE – Durante a gestão de Marilena Leite Paes na AAB.

HM – Sim, mas desde a minha gestão trabalhamos muito para isso, junto ao Ministério do Trabalho. Demorou, mas conseguimos. A AAB foi criada para congrega e valorizar a profissão de arquivista. Não só elevar o seu conceito e conquistar um nível salarial compatível, mas também tornar conhecido o papel dos arquivos, que era deformado. De modo geral, a idéia que se tinha de arquivo era a de um lugar para guarda de papéis velhos, com um arquivista meio dorminhoco que, de vez em quando, dava alguma informação, ou tirava um documento da poeira. Nós queríamos, sobretudo, divulgar o papel real do arquivo, cujo intuito é garantir aos usuários serviços de qualidade.

PE – Mas ela acabou desempenhando também, do mesmo modo que associações de outros países, um importante papel na formação profissional dos arquivistas.

HM – Sim; realizamos cursos e outras atividades, para melhorar o desempenho profissional. Hoje, o arquivista pode conquistar o título de cientista da informação. Naquele tempo, a informação não era a tônica dos serviços dos arquivos, tanto que,

14 A partir de 1982 a Revista *Arquivo & Administração* deixou de ser editada de forma regular. Nas décadas de 1980 e 1990 foram publicados alguns números e a revista somente retomaria sua periodicidade e regularidade em 2004.

geralmente, a guarda vinha em primeiro lugar na relação de competências. Claro que é preciso guardar, mas deve-se fazer isso e tudo mais com o sentido na informação. De que adianta guardar e preservar arquivos, se eles não estiverem em movimento? A guarda é em função da informação; informar deve estar sempre em primeiro lugar, inclusive nas competências.

PE – Você considera, hoje, que o projeto desse grupo pioneiro era compatível com as atividades do arquivista, na época? E atualmente, você acha que esse projeto precisaria de uma revisão?

HM – A atualização é sempre necessária, mas, para aquela época, nós atingimos o nosso objetivo: contribuir para melhorar a posição do arquivista nos planos de classificação de cargos. Essa posição era muito elementar, não tinha relevo, e houve, digamos, uma ascensão a uma posição mais compatível com as suas responsabilidades e com a formação de nível superior, pois foi também graças à atuação da AAB que, em 1974, uma resolução do Conselho Federal de Educação fixou o currículo e a duração mínima do curso superior de Arquivologia. O curso passou ser oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria e, em seguida, pela Universidade Federal Fluminense¹⁵. As outras universidades demoraram mais para implantá-lo. São Paulo, por exemplo, que tem uma efervescência na área, até hoje só tem um curso, criado em 2003, na Universidade Estadual Paulista.

PE – Eu gostaria de retomar o seu trabalho à frente da Divisão de Documentação no estado da Guanabara, o desafio que se colocou diante de você quando foi convocada pelo secretário de Administração.

HM – Bem, eu me senti mais constrangida do que obrigada. Foi um momento importante, em que se decidiram novos rumos para a minha carreira. Como já relatei, a princípio reagi com veemência, mas depois de aceitar o cargo fui procurar a literatura da área, os cursos livres e todas as pessoas e entidades que pudessem me ajudar. Entre essas estava o antigo IBBD, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, então presidido por Lydia de Queiroz Sambaquy, que tinha sido minha professora no curso de Biblioteconomia.

Lutei um bocado, comecei a ler muito, a conversar com todo mundo extraíndo o que pudesse, e a trabalhar. Essa busca ansiosa me deu sorte, como referi antes, pois foi graças a ela que aprendi muito, entrei em contato com profissionais

expressivos na área de arquivos e, graças também ao mestrado em Administração Pública, que concluí em 1965, consegui elaborar um projeto de reestruturação da Divisão de Documentação, transformando-a em Departamento Geral de Documentação, em 1970. Mas devo confessar que, apesar de obter a ascensão do órgão, o êxito não foi completo, pois não consegui, na nova estrutura organizacional, todos os cargos que seriam necessários para o sucesso da proposta. Assim, mesmo sem ter vencido totalmente, ganhei certo respeito profissional.

PE – O que significou, para a sua trajetória, essa experiência com o projeto de reestruturação da Divisão de Documentação do estado da Guanabara?

HM – Apesar de ele não ter sido aprovado na totalidade, a experiência me deu um certo desembaraço para propor, mais adiante, um projeto da mesma natureza para o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com alterações de cargos e competências. Fiquei até conhecida como uma pessoa que sabia fazer estruturação, que entendia de estrutura.

PE – Você fez algum curso de Administração?

HM – Na época do Arquivo da Cidade, eu já tinha o mestrado em Administração Pública, desde 1965, e aprendera a lidar com muitas questões organizacionais. Fui para o Arquivo da Cidade, na gestão do Afonso Carlos Marques dos Santos¹⁶, e o dirigi por seis anos, de 1984 a 1990.

PE – Quando o prédio do Arquivo foi inaugurado, em março de 1979, a diretora era a Lia Temporal.

HM – Sim, e o Afonso chefiava a Seção de Apoio Cultural, onde estava também o professor José Luiz Werneck da Silva. Eles colaboraram muito para dar, ao Arquivo da Cidade, um prédio à altura da cidade do Rio de Janeiro. Devo mencionar também o apoio do prefeito Marcos Tamoio e da secretária Municipal de Educação e Cultura, Terezinha Saraiva. Eles ajudaram a salvar o valioso acervo documental carioca, que não tinha abrigo seguro. Mas apesar do progresso que representou o novo prédio, tive muitos percalços com o sistema de climatização, uma engrenagem complexa e de difícil manejo. Qualquer um enfrentaria problemas assim, pois geralmente nós, brasileiros, realizamos bem as inaugurações, mas depois, na manutenção, nem sempre temos a mesma sorte.

¹⁶ O historiador Afonso Carlos Marques dos Santos (1950-2004) dirigia, à época, o Departamento Geral de Cultura, da então Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão ao qual o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro estava subordinado.

Sofri barbaramente, porque a engrenagem da climatização falhava com uma frequência indesejável, e exatamente quando estávamos sem verba. Para não fechar as portas por tempo demasiado, tinha que usar de muita habilidade, sobretudo junto às chamadas autoridades competentes, para obter a liberação da verba. E aí eu pensava: temos, de certa forma, um arquivo do primeiro mundo, mas um sistema burocrático de liberação de recursos ainda da época colonial. Todavia, mesmo com todos esses percalços, não desanimei. O Arquivo da Cidade sempre foi muito importante para mim.

PE – Você foi pra lá, então, em 1984?

HM – Sim. E se você quer saber se eu já tinha experiência em arquivos, digo que, na verdade, não possuía toda a que precisaria para dirigir eficientemente, de pronto, um órgão tão complexo e tão importante para a cidade. Aliás, na época, tão importante quanto desvalido de recursos para suprir falhas, como por exemplo o posicionamento do órgão como Divisão, que o colocava em situação de inferioridade perante os órgãos de responsabilidades semelhantes, ou menores, porém mais bem posicionados. Os recursos orçamentários também eram incompatíveis com os encargos e as atribuições. Quanto à minha experiência, eu trazia aquela adquirida em muitos anos de exercício em órgãos de documentação, onde sempre havia arquivos. Além da Divisão e do Departamento Geral de Documentação, no estado da Guanabara, já tinha dirigido também o Departamento Geral de Documentação da Secretaria de Estado de Justiça, do antigo estado do Rio de Janeiro, e a Superintendência de Documentação da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nesses órgãos encaminhei projetos de reestruturação organizacional, que foram aprovados. Aliás, quando essa Superintendência foi criada, em 1975, aquela estrutura que eu propus para o Departamento Geral de Documentação foi reeditada no município. Depois de tudo isso é que fui nomeada diretora do Arquivo da Cidade.

PE – Helena, fale um pouco sobre o seu trabalho na área de gestão de documentos e sistema de arquivos.

HM – Minha incursão na gestão de documentos se deu antes mesmo de ela ser assim definida e denominada pela lei 8.159, de 1991. Em 1970, quando tive a responsabilidade de apresentar um anteprojeto de reestruturação organizacional que transformou uma divisão de documentação em departamento geral, fui também responsável pela proposta das competências e atribuições de unidades orgânicas da área que hoje chamamos de gestão de documentos. Depois, presidi dois grupos de trabalho que elaboraram normas sobre emissão, tramitação e guarda de atos administrativos. As primeiras, no estado da Guanabara, foram aprovadas em 1973¹⁷. Depois, já no estado do

17 Decreto E 6020, de 4 de julho de 1973.

Rio de Janeiro, aprovamos um decreto, em 1978¹⁸, com artigos que tratavam de avaliação, retenção e descarte de documentos, atividades típicas da gestão. A seguir, quando estava na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, coordenei o grupo de trabalho que apresentou o anteprojeto aprovado pelo decreto 2.477, de 25 de janeiro de 1980, dispendo sobre forma, elaboração, tramitação, divulgação e guarda de atos oficiais da administração direta e autárquica do município, que abrangia avaliação, transferência, recolhimento e descarte de documentos. Esse decreto permanece em vigor, com alterações consolidadas em 1994.

Além desses trabalhos, houve outros. Como participante do Programa de Modernização do Arquivo Nacional, colaborei na elaboração de normas de avaliação de documentos, bem como na definição das atividades típicas de arquivo intermediário. No Arquivo Geral da Cidade, lidei com serviços de protocolo e arquivo corrente, para os quais propus novas competências e atribuições em pequena reestruturação, efetuada durante a minha gestão. Lá também dirigi várias comissões de avaliação de documentos que se encontravam em arquivos de diversas secretarias municipais. O Arquivo da Cidade, a rigor, não tinha que fazer avaliação, mas a quase inatividade do recolhimento, à época, me fez enveredar por esse caminho. Para serem recolhidos, os documentos deviam estar organizados e avaliados, se não seria admitir que eles poderiam ser colocados de qualquer jeito num caminhão e mandados para o Arquivo. Era também uma forma de demonstrar a necessidade de entrosamento entre os arquivos municipais, nas diversas fases do ciclo documental, e assim abrir caminho para uma política municipal de arquivos baseada em modelo sistêmico.

Ainda quanto à avaliação, entre 1981 e 1984 presidi a comissão de estudos e coordenei o grupo de trabalho da ABNT, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que elaborou o projeto de norma brasileira “Critérios de avaliação de documentos de arquivos”. Também fui membro, até agosto de 1998, da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos.

Quanto a sistemas de arquivos, ao assumir a direção do Arquivo da Cidade, desde o primeiro levantamento de dados, tive um certo abalo ao constatar que o recolhimento, atividade da maior importância para o órgão, estava, como já disse, quase na inatividade. De imediato senti o peso desse diagnóstico, pois significava, entre outras coisas, que não havia articulação entre o Arquivo e as unidades orgânicas de arquivo corrente dispersas pelas secretarias municipais, tecnicamente provedoras do arquivo permanente. Consciente do problema, lembrei-me da experiência em administração sistêmica de arquivos que tivera no início dos anos 1970, no Departamento Geral de Documentação. Naquela ocasião foram tantos os óbices, que a implantação de um sistema de documentação se tornou inviável, apesar de o Departamento ostentar o título de órgão central de documentação – o que me deixou uma frustração incrível.

18 Decreto 2030, de 11 de agosto de 1978.

Por isso, embora mantendo o entusiasmo teórico pelos sistemas de arquivos, na prática me tornei cautelosa a respeito do tema, e o fui especialmente quando estive à frente do Arquivo da Cidade. Antes de qualquer providência efetiva nesse sentido, fiz sondagens informais e procurei evidenciar que um projeto sistêmico só alcançaria resultados se os custos previstos fossem julgados justos e atendidos integralmente; de nada adiantaria uma aprovação sem garantia de recursos. A primeira sondagem me deixou desanimada. Pela resposta da autoridade consultada, compreendi que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não iria onerar seu orçamento para tratar de unidades administrativas situadas em todas as secretarias municipais. Assim, com receio de encaminhar um projeto que poderia acabar esquecido em alguma pasta com o melancólico despacho "Aguarde-se oportunidade. Arquive-se", decidi aguardar eu mesma, embora sem perder a esperança, pelo menos enquanto o professor Afonso Carlos permanecesse como diretor do Departamento Geral de Cultura. Infelizmente, em 1986 deu-se o afastamento dele, no início da gestão do prefeito Roberto Saturnino Braga, durante a qual também não houve condições favoráveis para o encaminhamento oficial do projeto. Assim, não cheguei a ter experiência efetiva de trabalho sistêmico. Apesar disso, teoricamente posso reconhecer as vantagens do sistema e, por isso, sempre o defendi.

PE – Em princípios da década de 1980 você atuou como assessora no Programa de Modernização do Arquivo Nacional, recém-implantado. Você poderia falar sobre essa experiência?

HM – Por intermédio da Fundação Getúlio Vargas prestei vários serviços de assessoramento, inclusive quando integrei a equipe que atuou no Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional. A Fundação me contratou para prestar assessoria ao Arquivo Nacional, durante a gestão de Celina [Vargas do Amaral Peixoto]. Tive várias atribuições, mas creio que minha principal colaboração foi quanto às normas para avaliação de documentos de arquivo, atividade que, então, começava a preocupar bastante os arquivistas. Redigi a primeira versão do texto sobre avaliação, Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos, que integra a série Instrumentos Técnicos, do Arquivo Nacional. Apesar de considerá-lo, hoje, um texto preliminar, não me arrependo de tê-lo escrito, pois foi dos primeiros a tentar fixar procedimentos básicos para essa atividade tão importante. Depois, revisto, publicado e divulgado.

Também colaborei com a direção da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, em Brasília, participando de várias reuniões relativas ao arquivamento intermediário. Fui membro de grupos de trabalho instituídos para a avaliação da documentação iconográfica desmembrada de publicações e de proveniência desconhecida; para a criação de um modelo de código de classificação por assunto para arquivo corrente; e para a definição de atividades típicas, bem como os recursos necessários para a implantação do Arquivo Intermediário no Rio de Janeiro.

Além disso, participava das reuniões que Celina fazia periodicamente com os assessores, para debater textos de autores conceituados e determinar a melhor maneira de aproveitá-los, se fosse o caso. Até me recordei que, num desses encontros, discutimos se a expressão 'gestão de documentos' seria mais adequada do que 'administração de documentos'. As duas acabaram sendo colocadas em votação e, com os votos de Celina e de outras pessoas, venceu a primeira, que mais tarde passou a constar da lei 8.159/1991.

Outra importante assessoria que prestei foi ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, ocasião em que me tornei amiga da professora Ana Maria de Almeida Camargo, da Universidade de São Paulo. Ela me conhecia desde o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1976, e veio ao Arquivo da Cidade, em nome do Governo Franco Montoro, me convidar para fazer parte de uma equipe que trabalharia num projeto para o Arquivo do Estado de São Paulo, ou melhor, para os arquivos do estado. Tive a felicidade de poder indicar a Marilena [Leite Paes] para integrar a equipe, e obtive permissão para ir a São Paulo, uma semana a cada mês, durante o período que fosse necessário. Foi uma beleza; trabalhamos muito e fiz uma amizade duradoura com a Ana Maria, que à época era membro da Comissão Estadual de Arquivo. Inês Etienne Romeu era a diretora do Arquivo do Estado de São Paulo e [José Sebastião] Witter¹⁹ também estava lá. Tudo que fizemos ficou registrado em um livro.

PE – Foi um projeto para estruturar o sistema de arquivos do estado de São Paulo?

HM – Sim; era o projeto de implantação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, Saesp²⁰, e envolvia todos os arquivos da administração direta sediados na capital e o Arquivo do Estado. Dada a abrangência dele, sua execução foi dividida em fases, sendo a primeira a do diagnóstico. Nessa fase foi que Marilena Leite Paes e eu atuamos como consultoras técnicas. Só para dar uma idéia, resumidamente, do que foi esse diagnóstico, cito alguns de seus frutos: "Estudos sobre os antecedentes e objetivos"; "Metodologia para normalização do Saesp" (administração sistêmica, desenvolvimento dos trabalhos da racionalização, plano de trabalho); "Diagnóstico da situação dos arquivos do estado de São Paulo" (órgãos da administração direta sediados na capital, metodologia do diagnóstico e instrumentos de coleta de dados, análise dos dados coletados, informações sobre uso não corrente etc.). Tudo isso consta da publicação Diagnóstico dos arquivos de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital (São Paulo, Arquivo do Estado, 1987).

19 Historiador, atualmente professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, era o supervisor da Divisão de Arquivo da Secretaria de Estado da Cultura (1977 - 1987) e presidente da Comissão Estadual de Arquivo do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (1985 - 1987).
20. Instituído pelo Decreto nº 22.789 de 19 de outubro de 1984.

PE – O projeto ocorreu no Governo Montoro?

HM – Sim, entre 1985 e 1986. Foi um período de colaboração muito agradável, no qual nós, “as cariocas”, como éramos simpaticamente chamadas, fomos sempre tratadas com especial consideração. E – o mais importante – sentíamos que o poder decisório acompanhava de corpo e alma o desenvolvimento do projeto. Não era só a concessão de recursos, mas também a presença, especialmente a do então secretário de Cultura Jorge da Cunha Lima, que algumas vezes nos acompanhava em visitas a arquivos situados em bairros distantes. Quero dizer, ainda, que nesse assessoramento me foi bem útil o que aprendi com os professores do mestrado em Administração Pública, entre eles Belmiro Siqueira.

PE – Você fez o mestrado na Fundação Getúlio Vargas?

HM – Sim, na Escola Brasileira de Administração Pública, a Ebpap, em 1965. Belmiro era uma pessoa conhecidíssima. Ele iniciou a carreira como técnico de administração do Dasp. Naquele tempo o concurso para esse cargo era muito difícil – até soube, outro dia, que o público podia assistir aos exames. E Belmiro ganhou renome, como professor e como técnico – naquele tempo era o máximo que se conseguia na área de administração. Ele exerceu vários cargos no Dasp, inclusive o de diretor-geral, e foi também diretor da Escola de Serviço Público do estado da Guanabara, na década de 1960. Quando o [governador Carlos] Lacerda fez uma grande reestruturação, foi Belmiro quem implantou o Plano de Classificação de Cargos e Salários, um dos primeiros do Brasil. Ele entendia muito de administração de pessoal e era professor do curso de mestrado da Fundação Getúlio Vargas, onde o Dasp tinha influência.

PE – Como foi a sua experiência no mestrado de Administração Pública?

HM – O curso era de dois anos. A maioria de meus colegas era militar – tenentes-coronéis que só tinham feito cursos nas forças armadas. Era interessante. Hoje faço algumas restrições àquele curso, que poderia ter sido melhor, mas era o que havia na época, e a Fundação tinha prestígio, gozava de respeito. O curso me abriu as portas e me ajudou, e graças a ele me tornei conhecida como alguém que entende de estruturação. E não aprendi apenas a fazer estruturas; também ganhei um certo tino para identificar o ponto crítico, na defesa das propostas. Além de Belmiro, na parte de pessoal, tive outros bons professores, como a Beatriz Souza Warlich.

PE – Você falou de Ana Maria de Almeida Camargo e outras pessoas de São Paulo, e da experiência interessante que teve lá. Você identifica alguma diferença entre o grupo que surgiu no Rio de Janeiro, em torno da AAB e, de certa forma, com vínculos com o Arquivo Nacional, e esse grupo de São Paulo? Há distinções relativas, por exemplo, a concepções ou escolas da arquivologia?

HM – Na verdade não vejo grande diferença, a não ser uma certa influência da arquivologia espanhola. Além disso, penso que eles não tinham as mesmas preocupações que nós, pelo menos nos primórdios da AAB, o que não impediu que a Associação dos Arquivistas de São Paulo tenha sido sempre muito bem organizada e operante.

PE – Na sua opinião, o que representou a administração de Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional, nos anos 1980?

HM – Acho que Celina usou convenientemente seu inegável prestígio pessoal e político quando conquistou, para o arquivo mais importante do país, uma sede condigna. Além do poder herdado, soube usar a firmeza de comando, que é, me parece, um traço de sua personalidade. Impressionou-me muito a meticulosidade com que ela realizou a mudança – colossal – do Arquivo Nacional para a antiga Casa da Moeda. Nenhum detalhe foi esquecido, tanto no planejamento como na execução para os quais muito contribuiu Jaime Antunes da Silva, atual diretor do órgão. Tudo correu como previsto, com sucesso reconhecido por muitos. Lembro-me também de seu empenho para conseguir recursos humanos e orçamentários.

PE – Como você avalia a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, um período que ainda precisa ser estudado?

HM – Não tive oportunidade de acompanhar de perto a gestão do professor José Honório Rodrigues. Ele era um intelectual, um historiador e certamente tinha uma visão do Arquivo. Mas infelizmente talvez não houvesse, ainda, um clima arquivístico propício para a plena concretização de suas idéias. É possível, também, que faltasse apoio administrativo consistente para um projeto de envergadura. Tem que haver visão administrativa, ferramentas administrativas; isso permite que você considere a parte material e as relações humanas, que são muito importantes.

PE – Você considera, então, que uma diferença fundamental entre as gestões de José Honório Rodrigues e Celina Vargas do Amaral Peixoto, no Arquivo Nacional, seria o fato de ela ter conseguido reunir recursos administrativos para a consecução de seu projeto?

HM – A Celina é um caso especial, diferente. Ela tem carisma, e as condições eram mais favoráveis. Essas condições lhe davam poder; aliás, ela nasceu no poder, e isso tem uma influência inegável. Ela tinha força política, tanto que conseguiu a mudança para a nova sede. Claro que soube reunir outros fatores importantes, como por exemplo uma boa equipe. E soube também estimular os novos valores que então surgiam, alguns hoje plenamente reconhecidos, como José Maria Jardim, Maria Odila Kahl Fonseca, Silvia Ninita de Moura Estevão, entre outros. Soube organizar uma equipe, tinha poder e persistência. Quando queria uma coisa, conseguia.

PE – Há um artigo seu sobre o Sistema Municipal de Arquivos que se tornou uma referência. Fale um pouco sobre ele.

HM – Apesar de meu interesse, nunca conseguimos implantar um sistema municipal de arquivos. Para diminuir minha frustração, escrevi o trabalho a que você se refere, intitulado “Política municipal de Arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro”, publicado em 1987 na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional. Nele eu me expandi, falei do ideal, sem deixar, entretanto, de oferecer alternativas caso não fosse possível a adoção imediata da forma sistêmica – a mais apropriada à condução da política de arquivos do município.

Depois, sempre com o objetivo de despertar o interesse das autoridades, realizei o seminário Sistema de Arquivos e Administração Municipal, no Arquivo da Cidade. O evento contou com conferencistas de diferentes instituições. O Saturnino Braga era prefeito e foi convidado para o encerramento. Então preparei uma fala especial, dirigida a ele. Passei uma tarde escrevendo, preoquei-me em dar exemplos, falar sobre o papel do arquivo no desenvolvimento do município. Como ele é engenheiro, um dos exemplos que escolhi foi o malogrado primeiro projeto do metrô, cuja documentação se dispersou e, por ocasião da construção do atual, não se sabia onde estava. Com isso, não foi possível aproveitar os levantamentos de dados, mapas, plantas etc. feitos anteriormente. Como não se guardou nada, foi preciso começar do zero, despendendo-se muito mais esforço, tempo e dinheiro do que teria sido necessário, se os documentos estivessem arquivados adequadamente e pudessem ser acessados com facilidade. Tudo isso porque a cidade não tinha seus arquivos organizados. Quando eu acabei minha fala, ele disse: “Minha senhora, se eu soubesse o que ia ouvir aqui, teria trazido todo o meu secretariado”.

Procurei mostrar as finalidades dos arquivos com exemplos da realidade dele. Isso eu não esqueço, senti uma grande felicidade. Claro, não era pessoal: achei que conseguiria verbas para o Arquivo da Cidade, para as ações sistêmicas. Mas um mês depois o município entrou em falência, certamente por falta de administração adequada. O prefeito Saturnino não era um administrador, embora bem intencionado e honesto.

PE – O que é, para você, a atividade fundamental de uma gestão arquivística adequada? O que é o coração do trabalho de arquivo?

HM – Estou convencida de que é garantir o acesso às informações contidas nos documentos custodiados. Todas as ações devem ser norteadas para essa finalidade. Tornar a informação disponível a quem dela necessita é a atividade fundamental.

PE – Depois de tantos anos de experiência na gestão de instituições e serviços de arquivo, o que você destacaria no plano político dessa área?

HM – Não se conseguem as coisas por decreto. O decreto faz parte da burocracia, dá uma certa força, mas é preciso ir além, recorrer à persuasão, que é algo muito especial. Há pouco tempo, para transmitir essa noção numa palestra sobre ética, inventei uma situação em que conversava com Michel Duchein e ele me dava alguns conselhos sobre ética – tudo ficção (risos). Relatei a tal conversa como se ela tivesse ocorrido num sonho. Foi um modo de reforçar a mensagem que eu queria passar para os formandos do curso de Especialização em Organização de Arquivos, do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, em 2005. Então, contei que ele me dizia: “Não se consegue ética por decreto; tem de haver uma preparação, um convencimento. Você tem que persuadir, obter adesão. Tem que realizar seminários e outros encontros, para um entendimento cara a cara, pessoa a pessoa.” E é isso mesmo. Tem gente que faz decreto e pensa que vai funcionar. Nesse ponto admito que errei: minutei muitos decretos que foram até editados, mas nem sempre houve sucesso, porque eu não sabia que seria preciso muito mais.

PE – Você teve interesse ou foi convidada para atuar na docência de arquivologia, em nível universitário?

HM – Houve apenas um curto período em que lecionei a disciplina Documentação, no curso de Jornalismo da Faculdade Hélio Alonso, substituindo o professor Esposel. Nas minhas atividades profissionais quase sempre tive jornadas de quarenta horas, não sobrava tempo para me dedicar a outras coisas. Quando me aposentei, depois de 54 anos de exercício efetivo, não era mais ocasião de empreender uma nova carreira; então, a partir daí, só ministrei algumas palestras.

Também fiz um curso, na FGV, de Administração de Conflitos, tema que considero muito interessante. Ninguém administra nada sem conflito; as pessoas sempre entram em conflito. Como se sai disso? Administrando. É preciso enfrentar o conflito, observar suas causas e depois entrar em negociação. Saber negociar é fundamental, e para isso há uma série de procedimentos, técnicas, que já estão mais ou menos estruturadas.

Sobre o mesmo tema, a convite de Ana Maria Camargo, fiz palestras em uma das Jornadas da Associação de Arquivistas de São Paulo. O material dessa Jornada foi transformado em uma publicação.²¹

A administração de conflitos funciona mais ou menos assim: se você verifica a existência de um conflito, não deve se desesperar. Considere que isso faz parte do seu trabalho, admita que sempre vai acontecer. Então você deve procurar saber o que o outro – o opositor – pensa. Tem que ouvir muito. Como já disse, há técnicas para isso.

²¹ Os arquivistas: administração de conflitos e negociação (soluções compartilhadas), São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2004 (coleção Scripta, v. 6).

PE – Chegamos ao final da entrevista, e eu gostaria muito de agradecer-lhe pela atenção. Você gostaria de acrescentar algo?

HM – Faço questão de dizer que esta entrevista me deu muito prazer, e agradeço sua atenção e seu interesse em me ouvir. Agradeço também que você a tenha gravado, concordando que eu tivesse a liberdade de efetuar a revisão do texto resultante da transcrição da fita e pudesse alterá-lo, para corrigir alguma imprecisão ou acrescentar algo que me parecesse pertinente relatar.

ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE História e Políticas Públicas

Paulo Roberto Elian dos Santos
Doutor em História Social (USP)
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz
elian@coc.fiocruz.br

José Mauro da Conceição Pinto
Mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF)
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz
Conselho Nacional de Arquivos
zemauro@coc.fiocruz.br

RESUMO

Aborda aspectos históricos do tema dos arquivos médicos no âmbito da arquivologia brasileira; apresenta um relato da constituição e atuação da Câmara Setorial de Arquivos Médicos do Conselho Nacional de Arquivos, e uma análise dos temas que se destacaram durante os encontros de arquivos médicos realizados em 2005 e 2007, com o objetivo de estimular a discussão de políticas, questões teórico-metodológicas, e o conhecimento de experiências institucionais, que configuram um diagnóstico capaz de apontar para um conjunto de diretrizes e ações necessárias ao desenvolvimento da gestão dos arquivos no contexto das instituições de saúde e do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: *arquivos médicos; prontuário do paciente; políticas públicas de arquivos; legislação arquivística; instituições de saúde.*

1 Introdução

A análise do processo de institucionalização da arquivologia no Brasil não pode deixar de relacioná-lo às características peculiares do contexto histórico de interações entre Estado, política, sociedade, ciência e cultura. Um dos traços da história da disciplina na segunda metade do século XX caracteriza-se pela ampliação dos temas com os quais se deparam as instituições arquivísticas e os seus profissionais. Os arquivos médicos, então considerados de natureza "especializada", aparecem neste cenário com questões diversas que não se limitam à aplicação de métodos e técnicas de



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**